A CONTRAPAISAGEM DOS ENTES E VIVENTES
Por uma metodologia Anti-Paisagística

THE COUNTER-LANDSCAPE OF BEINGS AND LIVING BEINGS
For an Anti-Landscaping Methodology

Jadyson Arthur da Silva[1], Ana Beatriz P. R. do Rêgo[2], Clarice Marina S. Maceno[3] e João Felipe P. Cavalcante[4]

Resumo
A produção e o ensino da paisagem nas escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras permanecem enraizados na lógica colonial, que separa humano e natureza e legitima apenas o arquiteto como produtor autorizado do espaço. Essa perspectiva eurocentrada marginaliza saberes ancestrais e desqualifica a atuação de povos originários e seres mais-que-humanos na conformação da paisagem, contribuindo para a degradação ambiental e crises que caracterizam o Capitaloceno. Objetivamos problematizar a colonialidade do paisagismo, articulando reflexões teóricas com práticas comunitárias e baseadas na natureza que evidenciam alternativas para a produção paisagística. Utiliza-se da revisão de literatura, visita de campo e análise de experiências coletivas para apontar diferentes caminhos metodológicos para o ensino e prática paisagística contemporânea. Como resultado, formulamos bases para epistemologias confluentes, capazes de evidenciar humanos e não-humanos como co-criadores da paisagem, fortalecendo cosmopercepções ancestrais e práticas insurgentes no enfrentamento da crise urbana e ambiental, configurando assim, o que entenderemos por contrapaisagem.
Palavras-chave: paisagismo contracolonial; práticas insurgentes; saberes ancestrais.

Resumen
The production and teaching of landscape architecture in Brazilian Architecture and Urbanism schools remain rooted in the colonial logic, which separates humanity and nature and legitimizes only the architect as the authorized producer of the space. This Eurocentric perspective marginalizes ancestral knowledge and disqualifies the role of indigenous people and more-than-human beings in the design of the landscape, contributing to the environmental degradation and the crises that characterize the Capitalocene. We aim to problematize the coloniality of landscape architecture, articulating theoretical reflections with community-based and nature-based practices that highlight alternatives for landscape production. Literature review, field visits, and analysis of collective experiences are used to point out different methodological paths for contemporary landscape teaching and practice. As a result, we formulated foundations for alternative epistemologies, which can highlight humans and non-humans as co-creators of the landscape, strengthening ancestral cosmoperceptions and insurgent practices in confronting the urban and environmental crisis, therefore defining what we will understand as counter-landscape.
Keywords: counter-colonial landscape architecture; insurgent practices; ancestral knowledge.

1 Graduando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).
2 Graduanda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).
3 Graduanda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).
4 Graduando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).

Introdução

A lógica da produção da paisagem no Brasil, bem como o ensino de paisagismo nas escolas de arquitetura e urbanismo, permanece assentada na condição colonial que distingue o ser humano da natureza (Veríssimo, 2020) e afirma o arquiteto-paisagista – historicamente entendido como o homem branco cisheteronormativo – como único detentor do saber e, portanto, único agente capacitado para produzir o espaço. Consequentemente, os povos que diferem desta lógica imposta pela academia e pelo mercado não são considerados capazes de intervir na paisagem, tornando-se dependentes do saber acadêmico. Nessa mesma estrutura colonial, os seres mais-que-humanos[5] (animais, entidades, corpos d'água, florestas, entre outros) também são vistos enquanto inaptos a produzir paisagem (*ibidem*), sendo reduzidos a condição de recursos e, portanto, passíveis de dominação e exploração, justificando assim, práticas como o desmatamento e a poluição do solo, rios e mares.

Em contraponto a essa visão, observamos que coletividades como os povos das florestas, das águas, das favelas, dos quilombos e demais populações que constituem formas autônomas de organização social e cosmopercepções[6] (Oyěwùmí, 2021) fora da máquina colonial-capitalista, participam ativamente dos processos de construção da paisagem. Esses grupos, ao reconhecerem a potência dos entes (presenças espirituais, ancestrais e encantadas) e viventes (humanos, animais, plantas, rios, matas e demais elementos que compõem os ciclos da existência) na concepção e transformação do espaço, entendem-se como parte estruturante e inseparável da natureza.

Essa lógica de dominação colonial é o que fundamenta o processo de destruição contínuo e desenfreado que hoje reconhecemos como Capitaloceno[7]. A negação do humano como parte da natureza, pilar do desenvolvimentismo capitalista, pode ser evidenciada pelo crescente número de desmatamentos florestais no Brasil (World Resources Institute, 2025); pela elevação da temperatura global, que no ano de 2024 chegou a 1,5°C, causando uma redução na extensão do território propício para a sobrevivência de insetos, plantas e vertebrados (Relatório Copérnico, 2024); e pelas ondas de calor que atingem os países com cada vez mais frequência, levando ao adoecimento e a morte de parte da população, como exemplificado pela estimativa de 2.300 mortes, em 2025, em um período de 10 dias, em 12 países da Europa (Withers; Abnett, 2025).

No Brasil, essa crise se manifesta também em desastres-crimes causados por grandes empresas extrativistas, como os casos de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, e, mais recentemente, na cidade de Maceió, Alagoas. Este último, decorrente da exploração de sal-gema em área urbana pela Braskem S.A., resultou no desmonte de bairros inteiros e no deslocamento forçado de mais de 57 mil habitantes (Bulhões et al. 2025).

5 Criado em 1990 pelo filósofo estadunidense David Abram, o conceito de mais-que-humanos (More Than Human) surge com o intuito de reconhecer a vida na terra como parte de um cosmo terrestre "que inclui manifestamente a cultura humana, mas que também excede a cultura humana" (Brum et al, 2023).
6 A noção de cosmopercepção (*worldsense*, em inglês), formulada por Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021), questiona a importância da visão nas epistemologias ocidentais. Em oposição à ideia de "cosmovisão", centrada no olhar como principal via de conhecimento, a autora propõe uma percepção de mundo enraizada em outras formas de sensibilidade (como a escuta, o toque e o sentir compartilhado), derivadas das experiências e contextos africanos. Trata-se de uma afirmação da pluralidade de modos de existir e produzir sentido, em ruptura com a lógica colonial e eurocentrada.
7 O termo Capitaloceno, criado por Jason W. Moore, surge como alternativa ao Antropoceno, atribuindo, para além da atividade humana, ao sistema capitalista a responsabilidade pelo colapso socioambiental.

Assim, este artigo busca fomentar um debate crítico e propositivo, dentro do ensino e produção de arquitetura e urbanismo, articulando reflexões teóricas e práticas que apontem para a construção de novas epistemologias e metodologias de projeto. Dessa forma, pretendemos, aqui, contribuir para a discussão decolonial dentro dos estudos da paisagem e produção paisagística, de forma que se reconheça a interdependência entre seres humanos e não humanos, pautada em saberes ancestrais e coletivos, através da proposição de alternativas urbanas insurgentes à lógica de dominação e exploração que caracteriza o Capitaloceno e ameaça a própria sobrevivência da vida no planeta.

Dessa forma, temos como principal objetivo deste artigo questionar, dentro da crítica à colonialidade, a noção de paisagismo e a produção acadêmico-profissional da paisagem. Para tanto, pretende-se refletir sobre o ensino de paisagismo e o currículo das escolas de arquitetura e urbanismo; investigar o papel absoluto atribuído ao homem na produção da paisagem e a distinção humano-natureza; compreender de que formas outros seres e entes constroem as paisagens; e propor bases metodológicas para uma prática paisagística contracolonial.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza crítico-propositiva, que articula a revisão teórica com a análise de práticas concretas. O percurso metodológico inicia-se com uma revisão crítica da literatura para construir o arcabouço conceitual sobre a colonialidade do poder e da natureza.

Em um segundo momento, a investigação volta-se para o estudo de campo em territórios no interior do estado de Alagoas, localizados na região do Planalto da Borborema, buscando compreender *in loco* outros modos de produzir a paisagem. Foram realizadas visitas ao município de Viçosa, para analisar as relações dos seres humanos e não-humanos com as águas, nos rios Caçamba e Paraíba, e com as áreas remanescentes de mata atlântica na cachoeira do povoado de Anel, bem como ao Quilombo Gurgumba, localizado no município. Também realizamos uma trilha até a Bica do Alcides, nos remanescentes de mata atlântica do município de Palmeira dos Índios, território historicamente indígena (os quais, hoje, sofrem com problemas de demarcação de terra), para aprender sobre diferentes formas de construir paisagem. A coleta de dados privilegiou a observação participante e a escuta ativa com a população local.

Por fim, a terceira etapa consiste na articulação entre o referencial teórico e os dados levantados, interpretando-os a partir da crítica à colonialidade, para formular bases metodológicas e epistemológicas de um paisagismo contra-hegemônico. A análise dos dados foi orientada pela identificação de situações em que humanos e mais-que-humanos atuavam conjuntamente na conformação da paisagem. Como resultado disso, a pesquisa sistematiza princípios para uma prática paisagística contracolonial, fundamentados na biointeração e no compartilhamento. Posteriormente, esses princípios são articulados aos referenciais decoloniais e contracoloniais, permitindo a elaboração de uma proposta metodológica de contrapaisagem voltada ao ensino, ao projeto e à intervenção paisagística.

As paisagens silenciadas nas escolas de arquitetura

Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, elaboradas pelo Ministério da Educação (Brasil, 2025), que definem como os currículos das escolas de graduação de arquitetura e urbanismo devem ser orientados, em âmbito nacional, percebemos, dentre as diretrizes apresentadas, o incentivo ao ensino e prática inclusivos e que valorizam formas sustentáveis de ocupação dos territórios. Ao longo do documento, identificamos pontos importantes para a compreensão de uma produção contracolonial da paisagem, como: a valorização da qualidade socioambiental dos espaços; a consideração dos fatores sociais, econômicos, históricos, políticos, culturais, ambientais, geracionais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual como determinantes na compreensão da produção do espaço e na concepção da Arquitetura da Paisagem; a relação intrínseca entre teoria e prática; e a importância da vivência das diversas realidades.

Além disso, o texto destaca como fundamental para o egresso em arquitetura e urbanismo ter uma visão holística e humanista sob a prática profissional, comprometido com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável. Ainda, é evidenciada a necessidade da adoção de perspectivas interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares na prática, de forma a permitir a adoção de soluções diversas, que se ampliam para além dos campos da arquitetura e urbanismo tradicionais.

No entanto, o documento ainda apresenta uma visão eurocêntrica do ensino da arquitetura, urbanismo e paisagismo, de forma que é enfatizada, na grade curricular, a importância do ensino da história e cultura portuguesa para o entendimento da formação do espaço brasileiro, como é destacado no trecho à seguir:

> Art. 15. Os conteúdos de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Arquitetura da Paisagem compreendem o estudo crítico das condições socioeconômicas e culturais de produção do espaço habitado pela atividade humana, e devem enfatizar as diversas influências culturais na formação do espaço brasileiro e latino-americano, abordando a história e a cultura portuguesa, africana e indígena e dos povos imigrantes (Brasil, 2025, p. 7).

Mesmo que sejam citadas as contribuições africanas e indígenas, é possível perceber que há, dentro das normativas das escolas de arquitetura e urbanismo, uma supervalorização do conhecimento produzido pelo norte global, em detrimento das produções contracoloniais, o que reflete uma noção colonial de produção e disseminação do conhecimento. Essa condição pode ser observada tanto pela predominância de abordagens técnico-científicas oriundas do norte global, quanto pela ausência de diretrizes que incentivam, de forma explícita, a incorporação de cosmopercepções, epistemologias e práticas territoriais produzidas por povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Para além de uma questão de conteúdo, essa lógica também se manifesta na própria estrutura curricular, organizada a partir da fragmentação disciplinar do conhecimento e da separação entre sujeito e objeto, teoria e prática, natureza e cultura. Como consequência, formas de conhecimento fundamentadas na oralidade, na experiência, na ancestralidade e nas relações comunitárias tendem a ocupar posições marginais no processo formativo, reproduzindo uma concepção colonial de produção e legitimação do conhecimento.

As DCNs também destacam que os Planos Pedagógicos Curriculares (PPCs) devem prever em sua organização a diversificação dos cenários de ensino e aprendizagem. Uma interpretação disso poderia prever o incentivo ao contato dos estudantes com outros locais de aprendizado, para além da sala de aula, incluindo territórios indígenas e quilombolas, áreas de preservação ambiental, comunidades ribeirinhas, favelas, entre outros. Entretanto, nenhuma dessas formas de conhecimento é evidenciada no documento, que trata apenas da diversificação dos cenários como uma forma de possibilitar ao estudante vivenciar presencialmente a realidade profissional, desvalorizando outros ambientes de aprendizagem que não sejam escritórios de arquitetura e urbanismo:

> Art. 31. O PPC deverá, ainda, prever em sua organização curricular: [...] V - a diversificação dos cenários de ensino e aprendizagem, possibilitando ao estudante vivenciar presencialmente a realidade profissional, a organização do trabalho em Arquitetura e Urbanismo e as práticas interprofissionais colaborativas (Brasil, 2025, p. 11).

Assim, o documento reforça a visão de que apenas o profissional arquiteto e urbanista é o detentor do conhecimento, mantendo a estrutura colonial e a hierarquia entre os saberes acadêmicos-profissionais e tradicionais.

Com a instituição dessas diretrizes em julho de 2025, os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil tem até 2 anos, a partir dessa data, para a implementação destas em suas grades curriculares. No entanto, mesmo com as diretrizes instituídas, nem sempre elas são aplicadas efetivamente e em sua totalidade, como evidenciado a seguir na análise do PPC da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Através do documento, foi possível perceber que o PPC da FAU/UFAL prioriza uma formação técnica em detrimento das questões crítico-reflexivas da produção e ocupação do espaço. Isso pode ser observado na distribuição das disciplinas: ao passo que 67% da carga horária obrigatória ofertada é composta pelas matérias dos setores de ensino Linguagem, Representação e Projeto de Arquitetura (LRP) e Tecnologia (TEC), as disciplinas relacionadas às áreas de Planejamento, Urbanismo e Paisagismo (PUP), somadas às Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ocupam apenas 26% da carga horária obrigatória. Essa desproporção, por si só, não constituiria necessariamente um problema se, nas disciplinas de LRP e TEC, fossem incorporadas metodologias e saberes não hegemônicos (como as tecnologias ancestrais dos povos originários e quilombolas) o que, no entanto, raramente ocorre, à medida que esses saberes são desqualificados e desvalorizados. Dessa forma, as noções de arquitetura, urbanismo e paisagismo que se afastam da lógica eurocêntrica e colonial acabam restritas a um conjunto reduzido de disciplinas, que representam apenas cerca de um quarto da formação oferecida.

Considerando o ensino de paisagismo, o PPC prevê como disciplinas obrigatórias: ACE 1 - Identidade, Cultura e Desenvolvimento, ofertada no primeiro período do curso; Introdução ao Projeto de Arquitetura Urbanismo e Paisagismo, no segundo período do curso; e as disciplinas de Projeto de Paisagismo 1 e 2, ofertadas no terceiro e quarto período, respectivamente. Além disso, são previstas matérias eletivas como: Projetos Especiais em Urbanismo e Paisagismo; e Planejamento e Projeto de Paisagismo, que, apesar de previstas no PPC, dificilmente são ofertadas.

Na ementa dessas disciplinas, as bases teóricas e as referências bibliográficas indicadas partem majoritariamente de uma perspectiva erudita tradicional, com foco na especificação botânica e no desenho técnico, afastando as possíveis reflexões críticas sociais, ambientais e político-culturais, fundamentais para a compreensão da produção do espaço e para a concepção da paisagem, indicadas pelas DCNs. Tais referências são compostas, sobretudo, por homens brancos cis-heterossexuais do norte global e reforçam uma teoria clássica e colonial do entendimento da paisagem, não reconhecendo o trabalho de importantes pensadores críticos da America Latina e do Brasil e, principalmente, da região nordeste e do estado de Alagoas. Somado a isso, observa-se a exclusão de teóricos negros e indígenas, que integram em suas pesquisas e produções as cosmopercepções de seus povos. De tal modo, há uma promoção do discurso e produção da paisagem deslocada da realidade local, que acarreta em uma prática profissional paisagística defasada e que desconsidera importantes questões sócio-históricas do lugar.

Em contrapartida, dentro das salas da aula da FAU/UFAL, é possível identificar iniciativas desenvolvidas por docentes, que mesmo sob as orientações eurocentradas do PPC, fogem da lógica colonial hegemônica e subvertem as normas ao introduzir em suas disciplinas noções como “saberes ancestrais” e “arquitetura e urbanismo contra-hegemônicos”, por meio da leitura de produções de autores quilombolas e indígenas, como António Bispo do Santos (2023) e Ailton Krenak (2019). Entretanto, tais práticas, apesar de se mostrarem um avanço contra a reprodução do discurso capitalista e tecnicista, são ações pontuais, não institucionalizadas, e, portanto, não têm a sua continuidade efetivamente garantida.

Dessa forma, entende-se que as normativas para o ensino de paisagismo, dentro das escolas de arquitetura e urbanismo, são pautadas sob uma noção de neutralidade e universalidade que, na prática, reforça uma lógica patriarcal, racista e cisheteronormativa (Rolnik, 2023). Nesse sentido, o homem-branco-arquiteto-paisagista entende a paisagem como passível de dominação e, deste modo, a reprodução desse discurso dentro da academia nega a complexidade das experiências de outros corpos e identidades que habitam o território (Berth, 2016).

A análise das DCNs e do PPC da FAU/UFAL evidencia que a formação paisagística ainda opera majoritariamente sob referenciais eurocentrados, limitando o reconhecimento de outras formas de produção do espaço. Essa constatação reforça a necessidade de construir abordagens pedagógicas capazes de incorporar saberes ancestrais, comunitários e ecológicos na formação profissional. Assim, cabe analisar essa relação que separa o humano do natural, bem como os seus efeitos na conformação da paisagem.

Colonialidade e a cisão dicotômica: da Cosmofobia à Biointeração

A humanidade tem se distanciado cada vez mais de seu entendimento enquanto integrante da natureza. Se posicionando, não apenas enquanto entidade estranha ao conceito de natureza, como também superior a essa ideia. Santos (2023) aponta que,

> Dentro do reino vegetal, todos os vegetais cabem, dentro do reino mineral, todos os minerais cabem. Mas dentro do reino animal não cabem os humanos. Os humanos não se sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmofobia (Santos, 2023, p. 8).

Para o autor, a cosmofobia é o princípio que rege a lógica colonial de acumulação, expropriação e desconexão humano-natureza. Este princípio, fundamentado no medo do cosmos, é o raio transformador das diferentes manifestações da vida e da natureza em matéria-prima, mercadoria (*ibidem*).

Nesse sentido, a cosmofobia é a chave necessária para entendermos não só a desconexão do humano-natureza, como da própria lógica em que está fundamentada a colonialidade. Isso, porque a lógica cosmofóbica de mercantilização do cosmos está enraizada numa cosmovisão monoteísta e monista, que privilegia a universalidade (unicidade) em detrimento de cosmopercepções politeístas e pluristas, praticadas por povos contra-colonizadores, como os indígenas e quilombolas (Santos, 2015; 2023).

A colonialidade do poder, conforme formulada por Quijano (2005), constitui um padrão global de dominação que opera por meio da classificação social e da hierarquização de saberes, culturas e formas de existência. É dentro desse sistema de subordinação, em que a natureza é redefinida e passa a figurar o lugar de recurso, subordinada à lógica

do capital, que vários intelectuais conceituam a Colonialidade da Natureza (Walsh, 2008). Essa colonialidade se manifesta, para além da mercantilização da natureza, despropriando-a do lugar de ente e desqualificando toda e qualquer prática que a reconheça enquanto sujeito ativo. Como resultado disso, temos uma consolidação da dicotomia eurocêntrica: Humano *versus* Natureza.

A permanência dessa lógica pode ser observada em iniciativas contemporâneas como o Fundo para Transição Ecológica Justa (FTEJ), proposto para a COP30. Apesar de apresentado como mecanismo de enfrentamento da crise climática, o Fundo mantém a natureza subordinada à lógica financeira, transformando ecossistemas em ativos econômicos e privilegiando soluções técnico-financeiras em detrimento dos saberes e práticas territoriais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Dessa forma, a crise é tratada como um problema de gestão de recursos, e não como consequência das estruturas cosmofóbicas e coloniais que sustentam sua produção.

Contudo, é fundamental ressaltar que, apesar da persistência desses esforços em consolidar a dicotomia eurocêntrica, essa separação entre humano e natureza não é universal, mas uma invenção específica do pensamento ocidental. A crítica à universalidade das categorias binárias, como a demonstrada por Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2002) em seus estudos sobre a sociedade Yorùbá, que não se guia por binarismos de gênero, serve como um poderoso análogo para a dicotomia humano-natureza, uma vez que a separação rígida é uma imposição ocidental. Em contraste, as cosmopercepções afroindígenas brasileiras desmantelam essa cisão ao colocar o humano intrinsecamente ligado à totalidade da vida e da terra.

Neste contexto de desconstrução, a figura de Exú (Èṣù), divindade da cosmopercepção Yorùbá, presente ainda hoje nas religiões afrobrasileiras, emerge como um poderoso exemplo da anulação da cisão binária que rege o pensamento ocidental. Exú é o agente articulador e mensageiro que transita entre o Òrún (céu/mundo invisível) e o Aiyé (terra/mundo visível) (Prandi, 2001). Sua essência reside na mobilidade, na contradição e na totalidade. Exú não é estático, nem se conforma à lógica linear de "ou isso, ou aquilo".

Tal visão de mundo, não dicotômica, que reconhece a interconexão como estado original da vida, é o fundamento para o entendimento de que a paisagem é resultado não apenas da contribuição humana, mas da intervenção combinada de múltiplos agentes. Contrapondo a lógica colonial, a biointeração (Santos, 2015) surge como uma crítica ao sistema colonial e propõe um modelo alternativo de sociedade e coexistência. Para isso, Antonio Bispo dos Santos (2015) fundamenta a biointeração na prática de conviver e aprender com a mata, com a terra, com as águas, com o vento, com a lua e o sol, com as pessoas e com os animais. A biointeração, prática já concretizada nas cosmopercepções quilombolas e indígenas, transforma trabalho em vida e arte, negando filosoficamente e de forma prática a separação.

É na lógica biointerativa que o entendimento dos entes e viventes, enquanto produtores da paisagem, ganha materialidade. Nessa cosmopercepção, a natureza não é um cenário estático, um pano de fundo a ser moldado, mas um conjunto de forças e agentes múltiplos e dinâmicos, com anseios, práticas e particularidades próprias. Nesse entendimento, os Viventes são os seres orgânicos (animais, plantas, os rios, os mares, a chuva, o vento, as montanhas, entres outros) com quem se estabelecem relações materializadas a partir dos corpos e os Entes são as entidades espirituais e/ou ancestrais que regem, protegem e articulam o espaço por meio das relações.



Figura 1 - Caminho da água formado pelas chuvas. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

Destarte, a paisagem não é o produto que resulta da técnica humana (do arquiteto paisagista), mas sim de um complexo processo de ordenamento, concepção e produção do território, que, por sua vez, emerge da interação incessante entre os seres humanos e mais-que-humanos, entre os entes e viventes. O reconhecimento da natureza como sujeito, assim como a não dissociação do humano enquanto natureza, não parte apenas de uma abstração teórica, mas se fundamenta nas práticas não-ocidentais, consolidadas pelos povos afroindígenas.

Quando a paisagem fala: cosmopercepções no encontro entre águas, trilhas e quilombos

O estudo de campo, ao proporcionar a imersão em diferentes paisagens (percurso da trilha, Bica do Alcides, cachoeira do Anel, Rio Caçamba e quilombo Gurgumba), possibilitou o entendimento de como as cosmopercepções podem ser percebidas e instauradas nesses espaços. Ao manter a atenção em usar todos os sentidos, pudemos observar como os sons, os ventos, as águas, os animais, e os demais elementos que nos rodeavam, para além de comporem as paisagens, também se caracterizavam como agentes transformadores delas.

Ao longo das trilhas, percebemos que, tanto as águas da chuva, como os corpos d'água, conformaram as paisagens, deixando marcas significativas (Figura 1). Nos momentos mais cruciais da descida até a cachoeira, eram nos caminhos pré estabelecidos pelas águas pluviais onde víamos que deveríamos seguir. As chuvas ditavam o percurso mais rápido até o rio, esclarecendo para os outros seres (nós inclusos) o melhor trajeto a ser feito.





Figura 2 e 3 (da esquerda para direita, respectivamente) - Cachoeira com fluxo intenso de água e cachoeira com fluxo moderado de água. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025 e 2024.

Ainda, percebemos como os diferentes fluxos das águas do rio impactam as percepções. Nesta visita, em comparação ao contato realizado meses antes, o rio que forma a Cachoeira do Anel encontrava-se mais cheio (Figura 2), com um fluxo de água mais intenso, o que aumentava a vazão da cachoeira e tornava nossa permanência dentro da água mais difícil. Nessas condições, os acessos, os usos e as experiências corporais eram significativamente alterados.

Em contrapartida, durante o período de estiagem (Figura 3), permanecer dentro d'água era mais confortável, a correnteza apresentava menor intensidade e o banho era facilitado. Além disso, a maior visibilidade de pedras modificava a experiência visual do lugar. Assim, salientamos que tais transformações ocorrem independentemente da ação humana, evidenciando que aquele ambiente possui dinâmicas próprias, produzidas pelas relações entre seus diversos seres compartilhantes. Naquele contexto, nós, seres humanos, éramos apenas mais um elemento em interação com o território. As observações indicam que os corpos d'água não apenas compõem a paisagem, mas participam ativamente de sua conformação física e perceptiva, definindo percursos, acessibilidades e experiências corporais.

Além disso, também foi possível notar a interação dos animais com a paisagem, que estabelecem uma relação confluente com o espaço habitado. Animais de grande porte, como bois e cavalos, deixavam marcas nítidas em sua passagem: ao pisotearem a vegetação rasteira e baixarem os matos, abriam novas direções e criavam caminhos que, posteriormente, podiam ser seguidos por outras espécies. Para além desses animais, os de pequeno porte, como cachorros (Figura 4), também ocupam um papel importante nas dinâmicas territoriais observadas. Habituados à presença humana e às relações cotidianas de compartilhamento do espaço, reconheceram nossa aproximação de forma amistosa e passaram a acompanhar nosso deslocamento, conduzindo-nos espontaneamente por parte do percurso até o Rio Caçamba.





Figura 4 - Cachorros caminhando à nossa frente e atrás de nós. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025. Figura 5 - Quilombo Gurgumba com destaque para as habitações. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

A interação observada evidencia que diferentes espécies participam ativamente da construção dos percursos e das dinâmicas territoriais, influenciando deslocamentos e formas de ocupação do espaço. Diante dessa experiência, pudemos perceber, e reafirmar, o poder de transformação que os outros seres, para além dos humanos, possuem, como também observamos como a vida em confluência com estes seres pode ser benéfica para a construção do viver comunitário.

Por fim, cabe destacar a maneira como a comunidade do quilombo Gurgumba se relaciona com a vegetação, as águas e os animais, que contrasta fortemente com aquela predominante nas áreas urbanas. A disposição das casas no território (Figura 5) evidencia essa lógica: elas se inserem em meio às arbóreas, arbustivas e forrações já existentes, permitindo a convivência harmoniosa entre todos os elementos, sem hierarquias entre o que é construído e o que é da terra. O cuidado com o território também se manifesta na atenção dedicada ao Rio Paraíba, que acompanha o caminho até o quilombo e o atravessa, sendo tratado como parte viva do cotidiano. Da mesma forma, a presença constante de animais, como cães, bois, bodes, cavalos e galinhas, revela uma dinâmica em que o espaço é compartilhado, e não disputado. Essa forma de se relacionar, que rompe com a lógica colonial de separação entre "humano" e "natureza", expressa uma ética de biointeração entre seres e reinos. Trata-se de uma cosmopercepção de compartilhamento, que reconhece a importância simultânea do vegetal, do animal e do espiritual, e que produz uma prática confluente de habitar o território e de construir a paisagem.

As reflexões realizadas permitiram identificar três aspectos centrais para a formulação da contrapaisagem: (i) a atuação das águas como agentes modeladores da paisagem; (ii) a participação de diferentes espécies na definição dos percursos, usos da terra e manejo do território; e (iii) a existência de práticas de biointeração que reconhecem humanos e mais-que-humanos como compartilhantes do espaço. Esses elementos constituem a base empírica da proposta metodológica apresentada na seção seguinte.

Desenvolvendo a Contrapaisagem: Metodologias compartilhantes para um Anti-paisagismo

A produção paisagística para o sistema colonial se sustenta na figura do arquiteto-paisagista como o autor central dessa área, refletindo a ideia cartesiana que separa o humano da natureza. Para desmantelar essa estrutura é imperativo questionar: qual o papel do arquiteto numa prática antipaisagistica, que reconhece os entes e viventes como epistemologia fundante e agentes ativos na paisagem? A resposta para esse questionamento reside na destruição da crença de que algum processo criativo acontece de forma individualizada. Assim como reconhece a afroperspectiva (Nogueira, 2014), a coletividade, bem como o corpo, a oralidade e a ancestralidade, como fundamentos epistemológicos que validam o entendimento de que nada é feito de maneira individual. Isso porque o que somos é resultado dos nossos ancestrais e das nossas vivências em comunidade.

Desse modo, a contrapaisagem, elaborada neste trabalho, não é um modelo fixo ou uma sequência rígida de procedimentos. Trata-se de uma orientação metodológica composta por princípios capazes de guiar processos de ensino, projeto e intervenção paisagística. Sua aplicação depende das especificidades de cada território, mas pressupõe sempre a escuta, a observação participante, a valorização dos saberes locais e o reconhecimento dos entes e viventes como agentes da paisagem.

Nesse contexto, a biointeração fornece a chave para essa virada: o papel do profissional se desloca de autor para compartilhante do processo. Aqui não cabe mais ao arquiteto ditar o projeto, pelo contrário, seu ofício se concentra na percepção aprofundada e na articulação sensível. O conhecimento técnico-acadêmico torna-se apenas uma das vozes na mesa de negociação do projeto, cujos principais insumos são as potências, anseios e necessidades manifestados pelos entes e viventes. Portanto, a paisagem é entendida como um processo vivo e autônomo, um produto emergente do compartilhamento de saberes e da ação combinada interespécies.

O compartilhamento constitui um princípio metodológico central da contrapaisagem, orientando formas de atuação baseadas na reciprocidade e na corresponsabilidade entre os diferentes agentes do território, uma vez que:

> Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. [...] somos compartilhantes desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo relação de pertencimento [...], falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas (Santos, 2023, p. 38).

Santos (2023) defende também, que o compartilhamento é uma prática que se difere da troca,

> Porque a troca significa trocar um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. **O compartilhamento é uma coisa que rende** (Santos, 2023, p. 36, grifo nosso).

Assim sendo, para operar sob a égide do compartilhamento, a prática paisagística deve ser dotada de ferramentas que rompem com a priorização da razão técnica e da visão eurocêntrica. Uma dessas ferramentas é a percepção ativa, que deve ir além da observação visual e racional. É fundamental para isto mobilizar os múltiplos sentidos (escuta, olfato, paladar, tato, o sonho, entre outros) para apreender a paisagem como conjunto das múltiplas vidas que ali coexistem. É essa percepção expandida que permite acessar os conhecimentos presentes no território e a potência no agenciamento do espaço pelos seres que ali vivem.

No que diz respeito ao arcabouço, a prática deve adotar a transversalidade, operando sob uma cosmopercepção não dicotômica que rompa definitivamente com a separação Humano *versus* Natural. Inspirados pela figura de Exú, a metodologia deve ser holística, pluriversal e transitar entre mundos, integrando os saberes acadêmicos, os saberes ancestrais e as diferentes espiritualidades com idêntica importância epistemológica.

Por fim, a colaboração é o princípio ético fundamental: criar com, e não projetar para. O processo de intervenção deve ser radicalmente respeitoso e situado, reconhecendo os entes e viventes daquela paisagem como os atores centrais. O conhecimento daqueles que compartilham o território é igualmente, ou mais importante que o saber acadêmico hegemônico. Essa postura exige a renúncia da síndrome de salvador[8], garantindo que nenhum modelo externo e universal seja imposto sobre a realidade local.

Ainda que rejeitemos a rigidez de um “roteiro” ou “receita de bolo”, cabe a este trabalho a responsabilidade de propor um caminho ético de ingresso e atuação no território. Em vez de uma sequência de etapas engessadas, delineamos três momentos de postura que devem orientar a prática do compartilhante, transformando o projeto paisagístico de intervenção em processo de conexão com o lugar. Esses três momentos, apresentados a seguir, subvertem a ordem colonial, exigindo do profissional a humildade radical e o profundo respeito às cosmopercepções locais, desde o primeiro contato.

O primeiro momento é **Chegar**: implica em uma imersão profunda e uma postura de aluno na comunidade, com o objetivo de conhecer as cosmopercepções e reconhecer os seres humanos e mais-que-humanos que produzem e regem a vida naquele território. Nas experiências de campo realizadas nesta pesquisa, esse momento se manifestou pela observação dos percursos conformados pelas águas, pela atenção às interações entre diferentes espécies e pela escuta das formas locais de relação com o território.

O segundo momento é **Pedir licença**: nessa fase, materializam-se os processos participativos, que devem, contudo, romper com o formato instrumentalizado e burocrático dos mapeamentos e oficinas clássicas do poder público. Estes processos são concebidos como práticas simultaneamente de pesquisa, projeto e celebração, exigindo uma presença total do praticante. É a oportunidade ética de aprender as tecnologias ancestrais inerentes ao território e de escutar as

8 A Síndrome de Salvador (do inglês, *Savior Complex*) refere-se à tendência, frequentemente inconsciente, de indivíduos pertencentes a grupos hegemônicos de se colocarem como agentes primários e necessários para "resgatar" ou "solucionar" os problemas de comunidades marginalizadas, como os povos quilombolas e indígenas. Essa postura reforça a crença na superioridade do saber externo e nega a agência e a autonomia das comunidades. Historicamente, essa lógica pode ser associada a figuras como a Princesa Isabel, cuja ação abolicionista (Lei Áurea) frequentemente invisibiliza o papel central da luta e da resistência dos próprios povos escravizados.

necessidades que se manifestam diretamente daquele ecossistema. Nesse sentido, o projeto é o encontro entre as múltiplas vozes, sendo a licença o reconhecimento de que a intervenção é um ato de coautoria e não de imposição. O contato com a comunidade do Quilombo Gurgumba evidenciou a importância de compreender previamente as formas locais de habitar, cultivar e compartilhar o espaço antes da proposição de qualquer ação externa.

O terceiro e último é **Compartilhar**: trata-se de transformar o projeto em uma ação autônoma para a comunidade. O profissional precisa garantir que o processo projetual e sua execução sejam feitos de tal modo que a precisão técnica-acadêmica não se faça necessária para a continuidade da vida e do manejo local. A entrega final não é um artefato técnico, mas a concretização de uma carta de amor à vida e à comunidade, onde a responsabilidade pelo futuro da paisagem repousa nas mãos e nas relações dos próprios entes e viventes. Nessa perspectiva, o projeto não se encerra na entrega de um produto final, mas na construção de condições para que a própria comunidade conduza os processos futuros de cuidado e transformação da paisagem.

Os três momentos apresentados constituem princípios éticos-metodológicos orientadores da contrapaisagem, e, não têm a intenção de produzir enquadramentos metodológicos, ou, elaborar protocolos de atuação. Apesar disso, apontam-se possibilidades de aplicação desses princípios em diferentes escalas de atuação, buscando evidenciar como podem contribuir para práticas paisagísticas comprometidas com a biointeração, o compartilhamento e o reconhecimento dos entes e viventes como agentes da paisagem.

No ensino da arquitetura e urbanismo, a contrapaisagem implica ampliar os espaços de aprendizagem para além da sala de aula e do ateliê tradicional. Visitas de campo, mapeamentos sensoriais, observação participante e a participação de lideranças indígenas, quilombolas e comunitárias como produtoras de conhecimento tornam-se estratégias fundamentais para a formação profissional.

Já no processo projetual, a contrapaisagem desloca o arquiteto da posição de autor central para a de participante de processos compartilhados. Antes da definição de propostas formais, torna-se necessária a identificação dos agentes humanos e mais-que-humanos presentes no território, bem como das relações ecológicas, culturais e espirituais que estruturam a paisagem. Consequentemente, nas propostas interventivas resultantes, em vez de substituir dinâmicas locais, busca-se reconhecer e potencializar percursos produzidos pelas águas, caminhos utilizados por animais, espécies associadas às práticas comunitárias e formas locais de manejo e cuidado da terra.

Com o objetivo de sistematizar esses apontamentos, o Quadro 1 demonstra como os momentos de Chegar, Pedir licença e Compartilhar podem operar em processos de ensino e processo projetual. Evidentemente, não se trata de um modelo prescritivo ou de uma sequência rígida de etapas, mas de referências que podem assumir diferentes configurações conforme as especificidades de cada território, comunidade e contexto de atuação. Sua função é explicitar possibilidades de aplicação prática dos princípios da contrapaisagem, reforçando seu caráter metodológico e processual.

Momento	Aplicações em procedimentos acadêmicos (ensino)	Aplicações em processos projetuais
Chegar	Imersões territoriais, visitas de campo, mapeamentos sensoriais	Percepção participante e reconhecimento dos agentes da paisagem
Pedir licença	Oficinas, rodas de conversa e escuta de saberes locais	Construção coletiva de diretrizes projetuais
Compartilhar	Produção coletiva de conhecimento	Coautoria das decisões e soluções e gestão comunal e contínua dos processos

Quadro 1 - Quadro-síntese das aplicações metodológicas da contrapaisagem. Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Por fim, a contrapaisagem se afirma como uma orientação metodológica aberta, situada e relacional, cuja operacionalização depende das especificidades culturais, ecológicas e históricas de cada território, e que busca contribuir para a construção de práticas paisagísticas contracoloniais comprometidas com a preservação, a regeneração e a continuidade da vida.

Considerações finais

O artigo revela, diante das análises realizadas quanto ao ensino e a produção do paisagismo e da Colonialidade da Natureza, a necessidade de descolonizar o pensamento e a prática paisagística, no sentido de promover uma mudança ontológica, necessária diante do Capitaloceno. Os resultados da pesquisa permitiram sistematizar princípios metodológicos para uma prática paisagística contracolonial fundamentada na biointeração, no compartilhamento e na valorização dos saberes não hegemônicos.

Ressaltamos o reconhecimento dos entes e viventes como componentes importantes da concepção projetual, de modo que a figura do arquiteto-paisagista seja entendida como parte, e não como centro, do processo. Ainda, defende-se a paisagem orientada pela preservação e regeneração da vida, para além da técnica e do capital, reafirmando cosmopercepções que situam a existência como relação, e não como domínio. Assim, descolonizar o paisagismo implica rearticular saberes, sensibilidades e práticas que foram historicamente subordinadas.

Ao escutar as paisagens silenciadas e reconhecer suas múltiplas vozes (humanas ou não), abrimos caminho para um projeto de mundo em que o viver, o projetar e o habitar emergem como práticas confluentes. Nessa perspectiva, o paisagismo deixa de ser apenas uma disciplina e torna-se uma ontologia relacional, capaz de sustentar futuros mais justos, plurais e vivos. A proposta apresentada busca contribuir para a ampliação das formas de ensinar, projetar e intervir na paisagem, reconhecendo a pluralidade de agentes que participam de sua produção e manutenção.

Como contribuição específica, este artigo sistematiza uma proposta metodológica de contrapaisagem estruturada em três momentos (chegar, pedir licença e compartilhar) articulando observações de campo, referenciais contracoloniais e práticas de biointeração. Espera-se que essa proposição possa subsidiar experiências de ensino, projeto e intervenção paisagística comprometidas com formas plurais de produzir e habitar a paisagem.

Referências

BERTH, Joice. O Caminho da equidade no Planejamento do Espaço Urbano. In: *Revista Arquitetas Invisíveis.* Pioneiras, V.01, 2016, p.73-74.

BULHÕES, Júlia; RÊGO, Ana; SANTOS, Giselle; RIZZO, Mirella; SANTOS, Caroline. Neoextrativismo na América Latina e o desastre-crime decorrente da mineração em área urbana em Maceió-AL (produção do espaço urbano e regional). *Anais do XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.* Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/122796. Acesso em: 21 set. de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 25 de julho de 2025. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 jul. 2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRUM, Eliane; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. Por um mundo mais-que-humano. *SUMAÚMA - Jornalismo do Centro do Mundo,* 13 nov. 2023. Disponível em: https://sumauma.com/por-um-mundo-mais-que-humano/. Acesso em: 16 nov. 2025.

COPERNICUS. *Why do we keep talking about 1.5°C and 2°C above pre-industrial era.* [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: https://climate.copernicus.eu/why-do-we-keep-talking-about-15degc. Acesso em: 21 set. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, n. 18, p. 62–73, 2012. DOI: 10.26512/resafe.v0i18.4523. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523. Acesso em: 14 nov. de 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero.* Salvador: EDUFBA, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader. New York: Routledge,* 2002, p. 391-415. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás.* 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROLNIK, Raquel. Por cidades femininas feministas. In: *FEMINISMURBANA um projeto teórico político.* FAPERJ. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A Terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significados.* Brasília: INCTI/UnB, 2015.

VERÍSSIMO, Celine. Paisagismo, colonialidade e saberes insurgentes. *Revista LABVERDE,* São Paulo, v. 10, n. 1, p. 13-28, 2020.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa [online]*, jul/dez. 2008, p.131-152.

WITHERS, Alison; ABNETT, Kate. Onda de calor na Europa pode ter causado 2.300 mortes, estimam cientistas. *CNN Brasil,* 9 jul. 2025. Online. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onda-de-calor-na-europa-pode-ter-causado-2-300-mortes-estimam-cientistas/. Acesso em: 21 set. de 2025.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. Fires Drove Record-breaking Tropical Forest Loss in 2024. *Global Forest Review*, Washington, DC, 21 maio de 2025. Online. Disponível em: https://gfr.wri.org/latest-analysis-deforestation-trends. Acesso em: 21 set. 2025.